



## PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

A receita total das AP aumentou 10,6% (cerca de +9,2 mil milhões de euros) entre 2020 e 2021 e a receita corrente aumentou 8,9% (aproximadamente, +7,7 mil milhões de euros). As três grandes componentes da receita corrente aumentaram a ritmos diferentes, salientando-se o acréscimo dos impostos sobre a produção e a importação, que atingiu 11,0%.

A despesa total das AP registou um aumento de 3,8% entre 2020 e 2021, em consequência dos efeitos conjugados do acréscimo da despesa corrente (+5,1%) e da diminuição da despesa de capital (-8,3%). No aumento da despesa corrente, há a salientar os acréscimos registados nas remunerações (+4,3%) e nas prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie (+3,5%), verificando-se um decréscimo de 10,7% na despesa em juros. A despesa de capital diminuiu 8,2% em 2021 em consequência da redução das transferências de capital concedidas, uma vez que a formação bruta de capital aumentou 16,0%.

Em 2021, o setor das AP apresentou um saldo negativo (necessidade líquida de financiamento) de 6 215 milhões de euros, correspondente a -2,9% do PIB (-5,8% em 2020 e +0,1% em 2019).

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas<sup>1</sup>. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010<sup>2</sup> e são consistentes com a segunda notificação de 2022 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro seguinte apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2021, discriminados por subsetor institucional.

Figura 1. Principais agregados das Administrações Públicas  
dados provisórios

ANO: 2021 Unidade: 10<sup>6</sup> EUR

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S.13	S.1311	S.1313	S.1314
OTE	Despesa total	102 537	74 275	14 902	29 829
OTR	Receita total	96 321	66 165	14 297	32 327
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-6 215	-8 109	-605	2 499

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

<sup>1</sup> Este documento está disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-19-007>.

<sup>2</sup> Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.



O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 6 215 milhões de euros em 2021, o que corresponde a 2,9% do PIB (5,8% em 2020). Esta necessidade de financiamento teve origem principalmente no subsetor da Administração Central e, com menor significado, na Administração Regional e Local, uma vez que o subsetor dos Fundos de Segurança Social apresentou um saldo positivo.

Comparando com 2020, o saldo da Administração Central melhorou em 5,6 mil milhões de euros, situando-se em -8,1 mil milhões de euros em 2021. Pelo contrário, o défice da Administração Regional e Local aumentou para 605 milhões de euros em 2021, quase o triplo do observado em 2020. O saldo dos Fundos de Segurança Social manteve-se positivo, tendo melhorado em 300 milhões de euros face ao ano anterior.

A Figura 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, tendo os dados relativos aos anos de 2020 e de 2021 naturezas final e provisória, respetivamente.

Figura 2. Receitas das Administrações Públicas

Unidade: 10<sup>6</sup> EUR

Código da operação	Designação da operação	2020	2021
<b>OTR</b>	<b>Receita total</b>	<b>87 074</b>	<b>96 321</b>
	<b>Receita corrente</b>	<b>86 091</b>	<b>93 741</b>
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	29 143	32 347
D.61	Contribuições sociais	25 599	27 267
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	20 093	20 708
<b>D.9</b>	<b>Receita de capital</b>	<b>983</b>	<b>2 580</b>

A receita total das AP aumentou 10,6% (cerca de +9,2 mil milhões de euros) entre 2020 e 2021 e a receita corrente aumentou 8,9% (aproximadamente, +7,7 mil milhões de euros). As três grandes componentes da receita corrente aumentaram a ritmos diferentes, salientando-se o acréscimo dos impostos sobre a produção e a importação, que atingiu 11,0%. As receitas com as contribuições sociais aumentaram 6,5% e os impostos correntes sobre o rendimento e património aumentaram apenas 3,1%.

A receita de capital quase triplicou em virtude, sobretudo, do reembolso da margem paga antecipadamente respeitante aos empréstimos concedidos ao abrigo do Programa de Assistência Financeira a Portugal no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade.

Importa referir que, no contexto da pandemia COVID-19, foi necessário efetuar ajustamentos temporais aos resultados em contabilidade pública. Entre os ajustamentos do lado da receita, incluem-se os montantes associados às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais e o financiamento de diversas medidas do lado da despesa, como a aquisição de vacinas COVID-19, suportado por fundos da União Europeia, determinando um impacto nulo no saldo. No seu conjunto, o impacto na receita das medidas tomadas no âmbito do combate à pandemia COVID-19 correspondeu a 1 163 milhões de euros (1,2% da receita pública total).



Na estrutura da receita, destaca-se, face ao ano de 2020 e na sequência da evolução descrita, o decréscimo da importância relativa das contribuições sociais (-1,1 p.p.) e dos impostos correntes sobre o rendimento e património (-1,6 p.p.), por contrapartida do acréscimo da quota de impostos sobre a produção e a importação (+0,1 p.p.) que se reforçam como a principal fonte de receita pública. No conjunto, o peso relativo da receita corrente diminuiu (-1,6 p.p.).

A Figura 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2020 (dados finais) e 2021 (dados provisórios).

Figura 3. Despesas das Administrações Públicas

Unidade: 10<sup>6</sup> EUR

Código da operação	Designação da operação	2020	2021
<b>OTE</b>	<b>Despesa total</b>	<b>98 743</b>	<b>102 537</b>
	<b>Despesa corrente</b>	<b>89 749</b>	<b>94 288</b>
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	23 934	24 975
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	36 153	37 414
D.41	Juros	5 787	5 170
<b>D.9+P.5+NP</b>	<b>Despesa de capital</b>	<b>8 994</b>	<b>8 249</b>

A despesa total das AP registou um aumento de 3,8% entre 2020 e 2021, em consequência dos efeitos conjugados do acréscimo da despesa corrente (+5,1%) e da diminuição da despesa de capital (-8,3%).

Para o aumento da despesa corrente contribuíram os acréscimos registados nas remunerações (+4,3%) e nas prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie (+3,5%). Em sentido oposto, verificou-se um decréscimo de 10,7% na despesa em juros (-616 milhões de euros), mantendo-se a tendência decrescente iniciada em 2015. Em 2014, a despesa com juros atingiu 8,4 mil milhões de euros e, em 2021, foi de 5,2 mil milhões de euros.

O decréscimo da despesa de capital entre 2020 e 2021 resultou da diminuição das transferências de capital concedidas, já que a formação bruta de capital aumentou 16%. Entre as transferências de capital concedidas em 2021, salienta-se o apoio concedido pelo Estado português à TAP Air Portugal (com um impacto líquido de 640 milhões de euros) e o registo da garantia do Governo Regional dos Açores ao financiamento obtido pela SATA Air Açores no montante de 120 milhões de euros, atendendo à situação económica e financeira das empresas. Ainda assim, o apoio concedido a estas duas empresas em 2021 foi inferior ao observado em 2020 (1 332 milhões de euros).

O impacto direto de medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 ascendeu a cerca de 7 043 milhões de euros em 2021, correspondente a 6,9% da despesa pública total. Em 2020, este impacto tinha ascendido a 4,3 mil milhões de euros (4,4% da despesa total)<sup>3</sup>. Entre os encargos públicos com a pandemia,

<sup>3</sup> Tendo por base a informação disponível incluída nos boletins de execução orçamental mensais da Direção-Geral do Orçamento.



destacam-se a despesa em subsídios às empresas (3,3% da despesa total em 2021), em consumo intermédio (0,9%), em apoio social às famílias (0,6%) e em remunerações (0,6%), sobretudo no setor da saúde. Adicionalmente, foram registadas como transferências de capital uma estimativa das perdas associadas às garantias concedidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM) no âmbito das linhas COVID-19 para financiamento às empresas, classificado no setor institucional das AP, e o apoio direto à TAP Air Portugal (0,7%). Os encargos com o *layoff* simplificado, incluídos nos subsídios pagos às empresas, atingiram 1,4% da despesa.

Em consequência daquela evolução, a despesa corrente ganhou importância relativa no total da despesa (+1,1 p.p.), por contrapartida da redução do peso da despesa de capital, de 9,1% em 2020, para 8,0% em 2021. A despesa com juros passou de 5,9% da despesa total, em 2020, para 5,0%, em 2021.

A Figura 4 apresenta os principais saldos das AP em 2020 e 2021. Os dados provisórios relativos a 2021 revelam que o saldo global das AP melhorou em cerca de 5,5 mil milhões de euros entre 2020 e 2021, originando uma necessidade de financiamento de 6 215 mil milhões de euros em 2021 (-2,9% do PIB). Esta evolução positiva resultou de um aumento na receita (10,6%) mais significativo do que o observado para a despesa (3,8%).

Figura 4. Saldos das Administrações Públicas

Unidade: 10<sup>6</sup> EUR

Código da operação	Designação da operação	2020	2021
<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento</b> (Saldo em Contas Nacionais)	<b>-11 669</b>	<b>-6 215</b>
	Saldo corrente	-3 658	-547
B.9 - D.41	Saldo primário	-5 882	-1 045

Tendo como referência a informação disponível à data incluída nos boletins de execução orçamental publicados mensalmente pela Direção-Geral do Orçamento, o impacto direto no saldo em contabilidade nacional das medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 foi de cerca de -5,9 mil milhões de euros em 2021 (-2,7% do PIB). Esta informação pode ainda não refletir a totalidade da despesa no combate à pandemia na medida em que os organismos não a tenham identificado enquanto tal.

Tal como em 2020, o saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, foi negativo, mas melhorou 4 837 milhões de euros para -1 045 milhões de euros.



## Revisões

Relativamente aos valores apresentados em março, os dados de 2020 apresentam agora uma natureza final, com a incorporação de informação também final referente a todas as entidades das Administrações Públicas.

Os dados respeitantes a 2021 apresentam ainda uma natureza provisória. As revisões efetuadas refletem sobretudo a incorporação de dados revistos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o uso de informação adicional baseada na especialização do exercício (*accrual*), ao invés de informação baseada em fluxos de caixa, para um conjunto mais vasto de entidades, nomeadamente da Administração Local.

Assim, comparativamente com a divulgação de março, a necessidade líquida de financiamento do setor das AP de 2020 foi menor em cerca de 15 milhões de euros, enquanto a necessidade líquida de financiamento de 2021 agravou-se em cerca de 238 milhões de euros.

Figura 5. Revisões face à 1ª notificação de 2022

Unidade: 10<sup>6</sup> EUR

Designação da operação	2020	2021
<b>Receita total</b>	<b>33</b>	<b>571</b>
Receita corrente	-265	411
Receita de capital	298	160
<b>Despesa total</b>	<b>18</b>	<b>810</b>
Despesa corrente	-233	572
Despesa de capital	252	237
<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento</b>	<b>15</b>	<b>-238</b>

Do lado da receita, verificou-se uma revisão em alta em ambos os anos. Contudo, uma análise por componentes revela uma correção na receita corrente de sinal negativo em 2020 – explicada pela redução no valor da produção mercantil (-327 milhões de euros) – e uma correção de sinal positivo em 2021 – sobretudo devido às transferências correntes recebidas (+227 milhões de euros), aos impostos correntes sobre o rendimento e património (+157 milhões de euros) e às contribuições sociais (+118 milhões de euros). No que se refere às receitas de capital, salientam-se as revisões em alta das transferências de capital recebidas pela Administração Local, em 2020, e pela Administração Central, em 2021.

Tal como observado na receita corrente, também na despesa corrente verificou-se uma correção de sinal negativo em 2020 e de sinal positivo em 2021. Nestas correções, além das revisões associadas às prestações sociais em espécie em 2020 (-177 milhões de euros) e às prestações sociais exceto transferências sociais em espécie em 2021 (+228 milhões de euros), foi determinante o ajustamento do consumo intermédio (-247 milhões de euros em 2020 e +204 milhões de euros em 2021). As revisões neste último agregado refletem sobretudo a informação mais recente do SNS e das autarquias locais e, na medida em que o consumo intermédio é parte integrante da despesa de consumo final das Administrações Públicas, acabaram também por se traduzir em revisões do PIB. A despesa de capital foi revista em alta em ambos os anos em resultado da atualização do valor da formação bruta de capital, particularmente também no caso da Administração Local e do SNS.

---

Data do próximo destaque – 24 de março de 2023

---